

LINGUAGEM AUTORIZADA, CAPITAL CULTURAL E ESPÍRITO DE FAMÍLIA NO DISCURSO REGIONAL PARANAENSE

Maria Julieta Weber CORDOVA¹

■ **RESUMO:** O trabalho aborda o discurso de formação social e histórica paranaense, perpassando pelo discurso regional de identidade e tendo como objetivo a análise das produções intelectuais de Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e David Carneiro. O referencial teórico, que instrumentalizou o enfoque sociológico e delimitou a escolha dos procedimentos metodológicos na pesquisa, tomou como ponto de partida a relação entre os conceitos de *linguagem de autoridade* e *espírito de família* de Pierre Bourdieu. Compreendeu-se que o discurso autorizado encontrou fundamentação numa lógica de reprodução e distribuição do capital cultural herdado, tendo como elementos de análise a herança familiar dos intelectuais em questão e sua correlação com o poder político regional.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Capital cultural herdado. Produção intelectual. Discurso regional.

Introdução²

Estou convencido de que o aspecto dominante da formação histórica brasileira, não está na região geográfica ou administrativa com sua consequente influência sobre a população, mas

¹ UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Educação. Ponta Grossa – PR – Brasil. 84010-919 – julieta.weber@yahoo.com.br

² Este artigo é resultado da pesquisa realizada durante a elaboração da Tese de Doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

no fato de que mais ou menos indiferentemente à geografia e à administração, a sociedade brasileira histórica se organizou sempre em grandes "comunidades" humanas e sociais. E que o instrumento de captação dessa realidade social-histórica – a comunidade – é a estrutura social com que essas comunidades se apresentaram, e pela qual se individualizaram, espacial e temporalmente.

Brasil Pinheiro Machado

A questão central do texto reside no discurso que delineou a formação social e histórica regional paranaense. Num contexto em que o estudo social e histórico não se vinculava às suas especificidades disciplinares, formularam-se e instituíram-se discursos sobre o que viria a constituir o estudo regional, na sua formação e no seu caráter identitário.

O artigo busca, portanto, contemplar as relações de poder e suas imbricações na produção bibliográfica regional, bem como os caminhos teórico-metodológicos adotados pela intelectualidade paranaense especialmente em meados do século XX. Bento Munhoz da Rocha Netto³, Brasil Pinheiro Machado⁴ e David Carneiro⁵ são importantes referências no processo intelectual que norteou as diretrizes sociais e históricas no estudo regional paranaense.

Optou-se por trabalhar com os textos desses três intelectuais paranaenses, procurando especificar como eles, respectivamente, contribuíram para o discurso de formação social, para o de formação histórica e para o de heroização regional. Nesse sentido, buscou-se compreender o sentido de suas produções, tendo em conta o contexto em que foram produzidas e apreendendo a relevância de seus trabalhos para o entendimento do estudo regional do Paraná.

A análise apontou que tais discursos, proferidos institucionalmente por intelectuais pertencentes a "famílias privilegiadas", em termos educacionais, correspondem a uma forma de reiteração da autoridade. Essa, como se sabe, é

³ Doravante será tratado como Rocha Netto.

⁴ Doravante será denominado somente como Pinheiro Machado.

⁵ Doravante será mencionado apenas como Carneiro.

uma questão geral que se faz presente no estudo da temática aqui tratada. A autoridade “relacionada a uma enunciação” “desempenha um papel crucial na sociologia de Pierre Bourdieu”, em que: “O discurso só é ‘autorizado’ e, conseqüentemente, eficaz, se for reconhecido como tal” (MANGUENEAU, 1989, p.37).

Por meio da noção de campo, enquanto espaço onde podem ser detectadas as relações de poder, e pela noção de *habitus*, enquanto um “sistema de disposições socialmente constituídas” (BOURDIEU, 2007), foi possível compreender como as trajetórias de Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro foram demarcadas por lutas simbólicas, em uma sociedade que ainda não havia delimitado suas fronteiras, mas que já era palco de conflitos armados pela legitimidade da posse de terras, e na qual o sonho simbolista havia prosperado em experiências artísticas e culturais “inventando o Paraná”. Inclusive, o discurso “paranista”⁶, enquanto fomentador de uma memória histórica de idealização identitária regional, atestava o sentido de suas significações no tempo, na medida em que o contexto político assim o requeria.

O “paranismo”, que no início do século XX movimentou o meio intelectual, cultural e artístico, se intimidou com o projeto de nacionalização da “Revolução de 30”. Renasceu em face da onda de redemocratização do país, em 1945, desta vez especialmente, pela iniciativa da intelectualidade que via no “paranismo” o alcance histórico da tradição regional, desde os primeiros povoadores à erva-mate. Ou seja, de uma tradição que demarcava o vínculo com as questões de apego a terra, as quais encontravam-se enredadas em discursos que buscavam comprovar-se por dimensões ligadas à formação social e histórica paranaense.

Rocha Netto (1905-1973) e Carneiro (1904-1990) foram intelectuais representativos desse contexto de renascimento “paranista”. Já Pinheiro Machado (1907-1997) promoverá, em seu discurso científico, a desmistificação dessa busca veemente pelos aspectos identitários da região. A despeito das diferenças

⁶ Romário Martins, uma das figuras centrais na propagação do termo “paranismo”, ainda que tenha atribuído sua autoria a Domingos Nascimento, propiciou sua conceituação, estendendo sua apreensão ao Programa Geral, o qual incita à prática paranista, conforme fica evidenciado já em seus primeiros parágrafos: “Art. 1.º – Com a denominação de Centro Paranista fica constituída, com sede, fôro e domicílio na cidade de Curitiba, uma agremiação que tem por objectivos promover e estimular todas as iniciativas uteis ao progresso e à civilização do Estado do Paraná. Art. 2.º – O Centro toma a denominação de Paranista na acepção de “amigo do Paraná”, contribuinte do seu progresso, entendendo por paranismo as aspirações e as realizações vizadoras da grandeza do Paraná, em todas as manifestações moraes, intellectuales e materiaes” (IHGPR, 1927, p.15).

entre eles, é importante que se diga que os três viveram, em uma Curitiba caracterizada por um contexto no qual se delinearão importantes questões referentes à formação do Paraná e no qual foram projetadas simbologias próprias acerca da identidade paranaense.

Vários momentos de embate identitário foram deflagrados no Paraná, especialmente na primeira década do século XX. Nesse contexto, a intelectualidade paranaense vivenciou acirradas discussões sobre a identidade regional, nas quais buscou-se não somente conhecer, mas ressaltar os traços característicos da formação social e histórica regional. Não era mais possível para esta intelectualidade, a qual se espelhava no ideal identitário paranaense, aceitar a situação de um passado vinculado à condição de Província de São Paulo.

Aliás, a procura pela identidade perpassava tanto o plano regional, como o nacional; desde a Primeira República, as incertezas e os questionamentos acerca do que era ser brasileiro e do que representava ser um país republicano haviam se tornado recorrentes (CARVALHO, 1990). Nessa busca dos elementos necessários à construção da nação e de seus valores republicanos, ainda que por vezes permeada por alguns desencantos, é que se detectam orientações regionais no sentido de afirmar-se pelo viés identitário, inclusive, como forma de garantir as fronteiras e de reforçar papéis políticos frente ao Estado nacional.

O Paraná deveria, assim, ser um estado possuidor de sua própria história, com uma formação social específica e com a definição de uma índole e de uma estirpe singulares. Caberia, então, ao estado, representado por seus expoentes, enaltecer tal junção integradora entre a história e a sociologia paranaenses, escrevendo-a ou revitalizando-a em produções bibliográficas que não só se alçassem para além das fronteiras regionais, mas que também se fizessem reconhecer em seu próprio território.

O contexto regional, vivido por Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro, é bastante significativo, tanto em termos políticos quanto culturais. Corresponde ao Paraná ervateiro, que viveu a alternância de poder político, de 1916 a 1930, entre as famílias Camargo e Munhoz. É o Paraná em que a elite ervateira sentiu o seu grande momento de crise, com a “Revolução de 1930”, quando Affonso Alves de Camargo foi destituído do poder. Veio então o período de centralização getulista, de 1930 a 1945, que, regionalmente, se fez presente com Manoel Ribas no poder.

Ribas foi interventor de 1932 a 1934, governador de 1935 a 1937, e novamente interventor de 1937 a 1945.

O início da redemocratização foi assegurado pela permanência das forças políticas de Manoel Ribas no estado, na pessoa de Moysés Lupion, seu herdeiro político, pelo Partido Social Democrático – PSD, partido que representou uma força política atuante com o fim do Estado Novo. Rocha Netto marcaria seu primeiro mandato nesse contexto, em 1946, como Deputado Federal Constituinte, pelo Partido Republicano Paranaense – PRP, ao qual permaneceu fiel, inclusive quando o PR filiou-se à União Democrática Nacional – UDN. O PRP, fundado por Vicente Machado, foi o mesmo partido que havia mantido Affonso Alves de Camargo e Caetano Munhoz da Rocha no poder regional. Na trajetória política de Rocha Netto, a expansão territorial paranaense, a temática do café e a herança ervateira seriam as marcas discursivas.

Nesse mesmo processo de redemocratização, Pinheiro Machado foi nomeado Interventor do Estado, pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, e Carneiro já contava com vasta experiência na administração de sua empresa ervateira.

Culturalmente, dois movimentos são extremamente significativos, no Paraná da primeira metade do século XX: o simbolismo e o “paranismo”; trazendo inspirações e sentidos para as produções acadêmicas, literárias e artísticas do Paraná, que viveria entre “o sonho e a invenção” (BEGA, 2001) e entre o “silêncio de suas genealogias” (OLIVEIRA, 2001). Entre tal “sonho” e esse “silêncio”, elegeram-se os elementos simbólicos na definição de uma identidade regional paranaense.

É nesse contexto político e cultural que foram suscitadas as questões referentes à formação social e histórica paranaense; questões trazidas ao cerne dos debates por enunciadores conhecidos e reconhecidos. Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro foram alguns desses enunciadores. O fato de se assemelharem nesse ponto, ainda que diferissem em outros, é que tornou possível proceder à análise e apreender o sentido de seus discursos autorizados.

Assim, ao se abordar a produção desses intelectuais, se estará mobilizando dimensões importantes para o estudo da formação social e histórica do Paraná. Daí a opção em tratar do contexto *vis-à-vis* a análise da produção e da trajetória de cada um desses autores, buscando assim compreender de que

modo seus discursos foram demarcados pelas e marcaram as lutas simbólicas que então se instituíam nos estudos sociais e históricos de caráter regional.

Foram utilizadas como fontes do presente artigo, fundamentalmente, as obras de autoria de Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro. Ao trabalhar-se com tais produções, optou-se por sua transcrição literal e, desse modo, pela preservação da grafia original dos discursos.

Campo, *habitus* e trajetória: implicações teórico-metodológicas no estudo da linguagem autorizada

A questão ingênua do poder das palavras está logicamente na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras.

Pierre Bourdieu

O referencial teórico que instrumentalizou o enfoque sociológico e delimitou a escolha de nossos procedimentos metodológicos tomou como ponto de partida a relação entre os conceitos de “linguagem autorizada” e de “espírito de família”, ambos de Pierre Bourdieu.

Procurou-se, inicialmente, abordar o conceito de “campo”, pois é justamente neste “espaço” que podem ser detectadas as relações de poder e o vínculo familiar, fundamentando assim, a análise do teor discursivo das produções de Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro.

Em estudo sobre a geração simbolista e a construção identitária no Paraná, Bega (2001) esclarece acerca da estrutura do campo intelectual e as relações de força entre dominantes e dominados, bem como sobre a distribuição desigual de capitais específicos conforme a posição social dos agentes. Para Bega (2001, p.23):

Segundo Bourdieu, o campo é o espaço onde se manifestam relações de poder, estruturado a partir de uma distribuição desigual de um cabedal específico que determina a posição de um agente específico no seu seio. A isso ele denomina *capital*, quer social,

político, cultural, quer escolar, etc. A estrutura do campo se compõe de dois pólos: dominantes e dominados. Os primeiros são aqueles que detêm montantes consideráveis de diversas espécies de capital, enquanto os demais se definem pela ausência ou raridade dessas modalidades de capital. A estratégia dos agentes se orienta em função da posição que ocupam no interior do campo, e sua ação se realiza no sentido de “maximização dos resultados”. Não há, então, uma neutralidade das ações, pois todos os atos realizados pelos agentes pressupõem uma série de interesses em jogo.

A apreensão dos conceitos de campo e de capital leva à compreensão do que Bourdieu denomina de *habitus*, entendido “[...] como um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p.191).

O conceito de *habitus* propicia ainda a elucidação daquilo que comumente se denomina por “escolhas” ou mesmo por “vocaçào” e que se caracteriza enquanto um:

[...] sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras obviamente ajustadas às estruturas objetivas (BOURDIEU, 2007, p.201).

Tais práticas e ideologias, criadas “por um princípio gerador e unificador”, ao serem constituídas por estruturas estruturadas e estruturantes, compreendem o cerne do que Bourdieu trata como trajetória. Estas práticas e ideologias, ao serem “determinadas no interior de um campo intelectual”, tendem a revelar a “posição determinada na estrutura da classe dominante”, os interesses e, até mesmo, os conflitos entre as “frações de classe dominante”, evidenciando, assim, o entorno e a constituição dos capitais geradores de relações sociais.

Este estudo aponta para a análise do campo intelectual enquanto um “locus” que “[...] é determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no interior do campo do poder”, derivando assim de um “sistema de posições predeterminadas” (BOURDIEU, 2007, p.190).

O campo intelectual, juntamente com o artístico e o literário, é definidor do campo da produção cultural, podendo apresentar diferenciadas vinculações ao “mercado de bens simbólicos”, conforme o grau de autonomia da intelectualidade em relação às frações dominantes. Desse modo,

À medida que aumenta a autonomia do campo intelectual e artístico em relação às coerções e às demandas diretas das frações dominantes da burguesia, ou seja, à medida que se desenvolve um mercado de bens simbólicos, embora se amplie a força explicativa das características propriamente intelectuais ou artísticas dos produtores dos bens simbólicos, a saber, o sistema dos fatores associados à posição que ocupam no campo intelectual, a ação destes fatores apenas especifica a ação do fator fundamental que consiste da posição da fração dos intelectuais e artistas na estrutura das classes dominantes (BOURDIEU, 2007, p.192).

Nossa análise, ao tratar de uma instância regional, tende a uma realidade mais particular, delimitada pela ênfase ao referencial temático sobre questões identitárias que abarcam o discurso de formação social e histórica paranaense.

As noções de campo e *habitus* são fundamentais para pensarmos as relações estabelecidas entre os escritores brasileiros e paranaenses de um lado, dos escritores e outros representantes do campo cultural em suas diversas frações de outro, bem como as conexões que se estabelecem em campos distintos – o político, o cultural e o econômico. Se isto é verdadeiro para o plano nacional, exigindo aí um relativo grau de institucionalização e de hierarquização, a mesma condição ainda não se manifesta, porém, na instância regional (BEGA, 2001, p.30).

Em diálogo com tais apontamentos, buscou-se contemplar, de forma elucidativa, as construções discursivas em torno do estudo regional em detrimento de uma análise aglutinadora de definições globais sustentadas pela institucionalização e pela hierarquização, procedentes do pólo dos dominantes no cenário da produção cultural nacional.

Ao se abordar a questão do campo e de sua polarização, não se pretendeu restringir o foco analítico à relação entre dominantes e dominados, mas sim situar o caminho teórico a ser perquirido no tocante às condições sociais em que foram produzidas as ideias

de Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro, *vis-à-vis* o discurso que permeou a formação social e histórica regional paranaense.

Os *habitus* desses intelectuais, produtores de bens simbólicos, tornaram-se reveladores de suas origens e posições sociais definidas por suas trajetórias no interior do campo intelectual brasileiro. Este último – cuja estrutura é determinada por sua posição no interior do campo de poder – estabelece relações com outros campos, como o econômico, o político e o cultural, revelando assim elementos que contribuem para uma dada distribuição desigual de capitais.

Ao delimitar-se o enfoque regional, foi possível compreender as especificidades discursivas – como o alcance das reiteraões de discurso, e mesmo da fixação – de Carneiro em reinaugurar os acontecimentos paranaenses pelo viés dos memoráveis feitos da nação. Este autor tratou dos fatos e dos feitos históricos enquanto “ritos de instituição” que se corporificaram pela própria busca da eficácia no discurso.

As diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões de luta propriamente política, encerram, uma pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social (BOURDIEU, 1996a, p.82).

Desta forma, no processo de luta pela imposição de uma visão legítima “[...] os agentes detém um poder proporcional ao seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo”, reconhecimento esse que está baseado na “autoridade que funda a eficácia performativa do discurso”. Nesse ponto, o uso da linguagem e o acesso aos meios discursivos correspondem à própria institucionalização de posições sociais, conforme o “capital simbólico” daqueles que podem fazer uso da linguagem:

O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional [...] (BOURDIEU, 1996a, p.87).

Seguindo esse enfoque sociológico sobre o poder das palavras e as condições sociais de sua utilização, confere-se à linguagem a eficácia simbólica de construção da realidade. É assim que “a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo [...]” (BOURDIEU, 1996a, p.81).

A linguagem autorizada, detectada nos discursos de Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro, aponta para a análise teórica desse “efeito de teoria”, pois, investidos de um capital simbólico e instituídos pelo reconhecimento daquilo que produziram, travavam essas lutas simbólicas em torno, essencialmente, do estudo regional e das questões identitárias. É sobre a busca da eficácia de seus discursos autorizados que se procurou refletir.

A eficácia do discurso regional e a autoridade do enunciador

A etimologia da palavra ‘região’ (régio), “[...] conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de diacrisis que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural”.

Pierre Bourdieu

O foco de análise pretendido toma como ponto central os discursos regionais de formação histórica, social e identitária ligados à origem. Nesse sentido, corresponde ao que Bourdieu trata como “classificações”, as quais fazem conhecer e reconhecer a “di-visão” legítima, criando o consenso e a unidade identitária de um grupo:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos [...] são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões

do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2006, p.113).

O discurso regionalista é um discurso performativo que “tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer conhecer a região assim delimitada [...]”. Nesse sentido, o que lhe dá sustentação e eficácia é que a pretensão de “fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ‘acto’ de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia [...]” (BOURDIEU, 2006, p.116).

Um discurso regional de exaltação identitária certamente corresponde à premissa de que a linguagem autorizada é a linguagem de autoridade. Ou seja: “A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder” (BOURDIEU, 1983, p.160).

Pode-se dizer assim que, a eficácia do discurso regionalista está na autoridade de quem o enuncia e que somente se corporifica mediante a cumplicidade que reside simbolicamente no reconhecimento⁷ do poder desse discurso. A respeito de tal poder e de sua invisibilidade:

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2006, p.8).

O ato de fazer-se reconhecer, ou de reconhecer a autoridade de quem o exerce, acaba por estabelecer “categorias” que, no caso regional, podem definir-se como “categorias de parentesco”, instituindo uma realidade e “[...] usando do poder de revelação e de construção” exercido pela “objetivação no discurso” (BOURDIEU, 2006, p.116).

⁷ Um exemplo deste reconhecimento pode ser vislumbrado na própria eleição de símbolos e emblemas regionais, como o brasão do estado, que seguiu orientação de Romário Martins. Outro exemplo pode ser entrevisto nas festas de comemoração pela emancipação do Paraná, em 1903, pelos 50 anos, e, em 1953, pelos 100 anos de desligamento político de São Paulo.

O que quer dizer que um contraponto a tal objetivação discursiva, calcada numa eficácia simbólica, pode indicar o “aniquilamento da crença”, enquanto *doxa* geradora do consenso, em torno da qual se concebe um discurso que, ao reconhecer-se enquanto identitário, toma o caráter de indiscutível; afinal, se um discurso é legítimo, sua eficácia é proporcional a uma dada “situação legítima” e àqueles a quem ele se dirige, ou seja, a seus “destinatários legítimos”.

Nesse sentido, se “escutar é crer”, tendo em conta uma “relação de força simbólica baseada numa relação autoridade-crença”, o essencial de um discurso está em “[...] levar em conta as condições de instauração da comunicação, porque as condições de recepção esperadas fazem parte das condições de produção” (BOURDIEU, 1983, p.161-163).

O espírito de família e a lógica de reprodução e distribuição do capital cultural

*O Paraná é, no Brasil, um Estado relativamente rico, e seu passado um dos mais gloriosos e dos mais dignos [...] De fato, qualquer homem, como ser sociável, está subordinado ao **meio** em que vive (e que sobre ele influi pelas impressões objetivas, pelo clima, pela alimentação) como à **sociedade** em que está integrado, que lhe dá educação, desde logo cultura, formação anímica moral, compreensão intelectual e preferências estéticas derivadas da sua impressividade sentimental. O meio físico e o meio moral agem paralelamente [...] Em História, ou melhor dito, em Sociologia, os movimentos quaisquer, de ordem superior, constituem através dos seus representantes humanos, uma verdadeira escada em ascensão [...].*

David Carneiro

A análise da produção intelectual de Rocha Netto, Carneiro e Pinheiro Machado apontou, já num primeiro momento, para

a herança familiar destes intelectuais e para sua relação com o poder político regional.

Nesse ponto, convém esclarecer a relação entre o “capital cultural herdado”, o “espírito de família” e a política, já que esta última “[...] é o lugar, por excelência da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BOURDIEU, 2006, p.159). Tais grupos, quando identificados pelo espírito de família e alicerçados pelo capital cultural herdado, estabelecem uma lógica de reprodução e de distribuição do capital cultural, numa relação entre as estratégias de famílias e a lógica específica da instituição escolar, em que as famílias de intelectuais, ou as famílias privilegiadas, encontram-se nas mais altas posições sociais.

Dessa forma, compreender os princípios de construção do social implica em apreender os mecanismos de reprodução do espaço social. E embora tais mecanismos de reprodução possam apresentar uma pretensão científica de “validade universal”, há que se ter em conta que um empreendimento científico, necessariamente, precisa ser apreendido considerando-se as particularidades de uma realidade empírica, “historicamente datada e situada”:

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (BOURDIEU, 1996b, p.15).

Ao se tratar das especificidades de uma realidade empírica – tomando como base o contexto de produção intelectual de Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro – apontou-se para a essencialidade do espírito de família na manutenção de uma lógica dominante. O capital fundamental seria o político, constituído por “redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas” (BOURDIEU, 1996b, p.31).

O capital político e o cultural estabelecem uma ideologia oficial do tipo meritocrático, ao operarem numa lógica de reprodução e distribuição, animados pela própria relação entre as “estratégias de famílias”. Nesse sentido, a família pode

corresponder ao caráter ideológico de uma representação social meritocrática:

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas (BOURDIEU, 1996b, p.36).

As estratégias de famílias – sejam elas do tipo que for – constituem-se sempre como estratégias de reprodução. Partindo dessa definição, e tomando como referência a questão do poder familiar no contexto político ervaiteiro paranaense, pode-se compreender que as estratégias de reprodução constituem-se pela relação entre as famílias privilegiadas na educação, entre elas as de intelectuais, operando assim uma dinâmica que nada mais faz do que reafirmar os interesses dessas famílias.

A fundamentação de uma lógica educacional, capaz de cumprir eficazmente o papel formativo da educação enquanto mantenedora das diferenças sociais preexistentes, parte da própria concepção de que as “diferenças de aptidão” são “inseparáveis das diferenças sociais”. Ocorrem, assim, “operações de seleção” entre os “detentores do capital cultural herdado daqueles que não o possuem” (BOURDIEU, 1996b, p.37).

Dentre os intelectuais estudados, Rocha Netto seria o que mais expressaria esse espírito de família, já que seus discursos sempre estiveram pautados em ações políticas e sua origem familiar seria mais intimamente ligada à estrutura de mando do estado. No entanto, é bom que se diga, a linguagem autorizada – reveladora de diferenças de aptidão, implicadas por uma lógica educacional – encontra-se presente também nas construções discursivas de Pinheiro Machado e de Carneiro. Ou seja, todos eles pertencem a famílias privilegiadas, isto é, são ocupantes de altas posições sociais e herdeiros de um capital cultural acumulado; o que corrobora, portanto, uma lógica de reprodução e de distribuição desse mesmo capital cultural.

Tais autores, além de professores da academia, eram descendentes de famílias tradicionais paranaenses. Isto nos remete a necessidade de refletir a respeito do peso da “tradição política paranaense”. Nesse sentido, é possível afirmar que: “[...]”

poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná" (OLIVEIRA, 2001, p.xxviii).

O trabalho de Oliveira (2001) apresenta o processo de constituição de "famílias históricas" no Paraná e destaca o núcleo "formador" e "gestor" das estruturas que fundamentam o poder político no estado. Ao analisar a relação entre a genealogia, a classe dominante e o Estado no Paraná, Oliveira se apoia na obra "Genealogia Paranaense", de autoria de Francisco Negrão. Tal estudo⁸ constitui-se como uma fonte fundamental para pesquisas sobre a temática da genealogia de poder das famílias paranaenses, dentre as quais destaca-se a de Rocha Netto, tanto no que concerne à procedência e ao período de estruturação quanto no que se refere ao título de vinculação concedido pela Coroa Portuguesa às "famílias históricas do Paraná":

Munhoz, Cadis-Espanha/ fins do século XVIII. O primeiro Munhoz no Paraná foi Bento Antonio Munhoz, que emigrara da Espanha, com sua mulher Michelina Assumpção. Seu filho, o tenente Florencio José Munhoz, natural de Paranaguá, casou-se com Luiza Licia de Lima, descendente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis, sendo os pais do tenente-coronel Caetano José Munhoz, nascido em Paranaguá em 1817. Era grande ervateiro e foi um dos pioneiros na introdução do vapor no beneficiamento do mate. Casou-se com Francisca de Assis de Oliveira (Franco). Sua neta casou-se com Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Paraná em 1912. Seu outro neto foi o Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná em 1920. Bento Munhoz da Rocha Netto, filho de Caetano, igualmente foi governador do Paraná e ainda ministro de Estado. Outro membro da família foi José Munhoz de Mello, prefeito de Londrina e deputado federal constituinte de 1946. Laertes Munhoz foi deputado estadual. Em 1953, três Munhoz ocupavam as chefias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Paraná (NEGRÃO, 1926, p.235-263).

Bento Munhoz da Rocha Netto esteve, desse modo, profundamente vinculado ao meio político paranaense em virtude de sua procedência familiar. Em sua trajetória política ocupou os cargos de Deputado Federal Constituinte, em 1946; de Governador do Estado do Paraná, de 1951 a 1954; de Ministro da

⁸ O primeiro volume foi publicado em 1926 e, o sexto e último, em 1950.

Agricultura, de 1954 a 1955, e, novamente, de Deputado Federal, de 1959 a 1963.

Brasil Pinheiro Machado também descendia de uma família tradicional da região dos Campos Gerais do Paraná. Foi interventor do Estado por um tempo relativamente curto, de fevereiro a setembro de 1946, mas foi gestor universitário por anos consecutivos. Exerceu as funções de diretor da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (atual Universidade Federal do Paraná), por doze anos, em períodos consecutivos de 1939 a 1951, e por mais quatro anos, de 1968 a 1971, sem contar o tempo em que atuou como vice-diretor. Foi também nomeado para cargos de extrema confiança como o de Procurador Geral da Justiça, Chefe do Ministério Público e Presidente do Tribunal de Contas do Paraná.

Já David Carneiro manteve forte vínculo familiar com a administração ervateira paranaense. Este intelectual – que carrega o mesmo nome de seu pai, de seu avô e de seu bisavô, David Antonio da Silva Carneiro –, após a morte de seu pai, passa a exercer o comando dos negócios do ramo ervateiro da família. Atuação que não lhe impediu de exercer também o cargo de diretor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

Carneiro representou o seletivo grupo de intelectuais tradicionais que se caracterizou pelo apego às questões regionais e pela busca veemente das origens históricas do Paraná. Dessa forma, a tradição ervateira foi fundamentada em seus discursos, reforçando a vinculação familiar desses intelectuais com a elite ervateira paranaense. Semelhante quadro se configuraria mesmo após a década de 1930, época de declínio da economia ervateira no Paraná:

Os intelectuais tradicionais do Paraná escrevem a história tradicional da identidade paranaense. Ermelino de Leão, Romário Martins, Francisco Negrão e o último dos paranistas, David Carneiro. Todos possuíam vínculos com a erva-mate. A sua temática foi a construção da história regional, os temas paranaenses, a defesa dos limites do Paraná e a genealogia e memória das suas elites. Todos procuraram mostrar a continuidade histórica da região. O Estado eram eles, os *homens bons* e os seus descendentes (OLIVEIRA, 2001, p.xxiv).

Enfim, se Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro ocuparam altos cargos foi porque detiveram montantes consideráveis de

capitais e apresentaram trajetórias estruturadas por relações de poder e de mando no Estado.

Nesse sentido, o enfoque sociológico adotado no presente artigo, ao contemplar a relação entre os conceitos de linguagem autorizada e de espírito de família, procurou apreender o vínculo desses intelectuais com “famílias privilegiadas” na educação paranaense; demonstrando, assim, que a autoridade de tais enunciadores encontrava sentido no discurso regional de pertencimento.

Enquanto Rocha Netto trabalhou com questões concernentes à identidade paranaense e a sua herança sociológica calcada na miscigenação (ROCHA NETTO, 1960), Pinheiro Machado estabeleceu referências para o estudo estrutural da formação histórica regional. Este autor demarcou o que já se convencionou denominar de “Paraná tradicional” e de “Paraná moderno” e adotou como diretriz metodológica a análise das comunidades e de suas migrações (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969).

Por outro lado, Carneiro personificou o discurso de identidade calcado numa fundamentação histórica com base no mito, tendo como um dos focos centrais de suas pesquisas a busca da materialização do discurso regional pela identificação do herói regional enquanto elemento de integração paranaense (CARNEIRO, 1982).

Rocha Netto, detentor de um considerável capital político, ressaltou a relevância das produções intelectuais “paranistas” na exaltação dos caracteres identitários do Paraná:

O Paraná constitui hoje um centro intelectual dos mais bem pronunciados do Brasil, fortemente orientado por linhas definidas de um carácter proprio.

Meio universitario e cultural, Curitiba não se limita a assimilar as produções do pensamento e da arte que surgem além. Mas assimila-as para criar. Não me consta que em outro Estado brasileiro exista tão definida geração de artistas, que nos interpretam victoriosamente, numa modalidade toda nossa e da nossa gente.

Profundos artistas, creadores de belleza, sensiveis á inspiração ambiente que lhes dá personalidade, que os ensina a ser, delineando-lhes a independencia e a antonomia dos processos, artistas nossos, paranaenses e paranistas, têm tido e continuam a

ter, nos grandes centros europeus, onde as selecções multiseculares tornaram impossíveis as mediocridades, o prémio do seu talento e da sua dedicação (ROCHA NETTO, p.10, abr. 1930)⁹.

O discurso de identidade regional, unificador de princípios e pretensamente natural – já que supostamente indiferente às posições sociais –, tornou-se peculiarmente cativante no discurso “paranista” de Rocha Netto, herdeiro de um espírito de família, que defendeu uma história regional comum a todos os paranaenses. Para este autor: “O Paraná é, sobretudo, o encanto da terra que nos absorve, nos prende e nos fascina” (ROCHA NETTO, 1995, p.48).

Segundo Rocha Netto, a política esteve comprometida, de forma eficaz, com o sentido e o simbólico, especialmente, na produção de ideias sobre a identidade do paranaense que, embora estivesse sempre em busca do progresso, não deveria nunca deixar de lembrar de seu passado e de sua história.

Rocha Netto foi um intelectual bandeirante¹⁰, católico fervoroso, de forte apego à filosofia aristotélica tomista e como tal formulou, ao longo de sua vida política e intelectual, discursos identitários, com base em princípios democráticos, cristãos, com vistas ao progresso, mas sem deixar de reverenciar o passado de formação social e histórica do Paraná. Buscou, assim, a unicidade e a integração paranaense, já demarcada pela tradição ervateira de herança “tinguí”:

Antes éramos poucos, mas éramos nós mesmos. (Havia nosso isolamento de ilha). Hoje somos muitos, mas continuamos poucos. (Pagamos o tributo do progresso rápido demais. Convivemos com gente que se desconhece mutuamente e desconhece as origens de todos e o sentido da obra comum: característica invariável do

⁹ O artigo intitulado “A Significação do Paraná” foi publicado por Rocha Netto, no mesmo período, em abril de 1930, pela Revista *A Ordem* e pela Revista do *Círculo de Estudos Bandeirantes*, enquanto uma defesa argumentativa pela identidade regional paranaense em oposição a um artigo publicado na Revista *A Ordem*, em fevereiro de 1930, por Pinheiro Machado intitulado “O desnortheastamento da união brasileira”, no qual aponta para as ‘incaerísticas da identidade regional’ na formação histórica brasileira.

¹⁰ O Círculo de Estudos Bandeirantes foi fundado em 12 de setembro de 1929, tendo como principal idealizador o Padre Luiz Gonzaga Miele. Rocha Netto foi presidente de 1939 a 1943. A inauguração da sede social, situada à Rua XV de Novembro, 1050, ocorreu em 12 de setembro de 1945. O propósito do Círculo de Estudos Bandeirantes centrava-se na formação da intelectualidade paranaense pelos princípios filosóficos tomistas, a própria Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná (FFCL) foi projetada com este intuito. É importante ressaltar que o Círculo abriga um acervo bibliográfico que conta com centenas de obras raras dos séculos XIX e XX e algumas do século XVIII.

pioneirismo). Amanhã seremos muitos e seremos nós mesmos. Todos terão alma tinguí (ROCHA NETTO, 1968, p.16).¹¹

De acordo com esse intelectual, a “significação do Paraná” passava pela terra e pela gente do Paraná, possuidoras de características específicas, assemelhando-se ao pinheiro, que se ergue “raquítico” e “tímido”, tornando-se “grande” e “nobre” e que “agasalha o forasteiro”, mas “não sabe aprender as lições de ingratidão”.

É nesse sentido que Rocha Netto, reiteradamente, justificava em seus discursos a definição do que constituía o caráter social paranaense, segundo uma formação peculiar. Exemplar desse pensamento foi sua defesa veemente, quando Deputado Federal em 1959, da “pequena propriedade” como característica do povoamento paranaense em contraponto à reforma agrária; bem como a defesa do cooperativismo enquanto herança do processo imigratório no sul do Brasil em objeção ao ideal “marxista-leninista” de “coletivização da propriedade”.

Em Pinheiro Machado, o estudo regional apoiou-se em estudos tipológicos, tendo Max Weber como referência, e em análises estruturais, com base nas produções que caracterizaram a segunda Geração dos *Annales*. Em sua juventude, enlevou-se pelo Movimento Antropofágico (MACHADO, 2001), o que contribuiu também para a desmitificação da ideia de uma identidade paranaense.

Segundo Pinheiro Machado, a formação histórica paranaense seria caracterizada, conforme estudos de Martius¹², por “múltiplos estímulos” de ordem nacional (MACHADO, 1963). A formação

¹¹ Sobre os “Tinguis”: “Dominavam, no século do descobrimento do sertão, os Campos de Curitiba, a partir da encosta ocidental da Serra do Mar. (São José dos Pinhais, Piraquara, Campo Largo, Araucária, Tamararé, Colombo, Campina Grande e Rio Branco). Os Tinguis (‘Tin’ ‘gui’, – nariz afilado) não hostilizaram os aventureiros pesquisadores e exploradores de ouro que se estabeleceram com arraiais em Atúba e na chapada do Cubatão, inícios da formação de Curitiba. Deixaram-se ficar pelas imediações desses primeiros núcleos de população branca e foram serviços das explorações auríferas, dos sítios de criação de gado, etc. Seus mestiços ainda constituem parte da população de vários municípios acima citados e se ufanam de sua ascendência. Não vai longe o tempo em que o caboclo de Araucária e de Tamararé avisava o contendor nas suas rixas: – ‘Cuidado, que eu sou Tinguí!’. Tindiquera é a antiga denominação da atual Vila de Araucária, e quer dizer ‘buraco do Tinguí’, – pois estes índios tinham suas habitações em covas abertas no chão, em pleno campo. Os mapas espanhóis os denominavam Mbiazais, localizando-os nas mesmas posições indicadas acima” (MARTINS, [19--], p.32).

¹² Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), viajante alemão, com formação em botânica, foi premiado em 1840, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, com a melhor escrita sobre a História do Brasil. A monografia “Como se deve escrever a História do Brasil” foi publicada na Revista do IHGB, em 1845, caracterizando-se como um grande projeto histórico, capaz de estabelecer linhas mestras e garantir a identidade brasileira: “Surgiu de seu projeto a interpretação do Brasil, do primeiro Brasil-nação, que se entranhou profundamente nas elites e na população brasileira” (REIS, 1999, p.26).

do Paraná estaria então delineada por “três grandes migrações movimentadas”, uma no século XVII e duas no século XX, produzindo três tipos de colonização, “contíguas e conflitantes entre si”, mantidas enquanto unidade apenas por pertencerem a um mesmo Poder Administrativo:

A História do Paraná tem sido a história da ocupação do seu território e da formação das comunidades paranaenses, conforme ensina Brasil Pinheiro Machado. Três foram as ondas povoadoras que, em conjunturas diversas e com motivações distintas, realizaram esta ocupação e formaram as comunidades regionais que hoje constituem o Paraná. Assim, a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do **Paraná tradicional**, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do **Paraná moderno**, já no século XX, sendo a do **Norte**, com a agricultura tropical do café e que, pelas origens e interesses históricos, ficou, a princípio, mais diretamente ligada a São Paulo, e a do **Sudoeste e Oeste**, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p.9).

Tais migrações demarcariam então o que se convencionou denominar de “Paraná tradicional” e “Paraná moderno”, cabendo à história regional do Paraná compor mais um dos capítulos da história regional do Brasil, ainda que com “individualidade distinta”. No estudo das migrações populacionais, tendo a “comunidade” como núcleo central de investigação, Pinheiro Machado apontou a formação desse estado como resultado da migração paulista.

Diferentemente de Rocha Netto, para Pinheiro Machado, o estudo da cidade colonial enquanto “fenômeno urbano” decorria do próprio processo de colonização portuguesa e da concessão de sesmarias, definindo como tipologia fundamental da cidade colonial brasileira, a posse da terra e a garantia do latifúndio (MACHADO, 1985). Foi através da posse da terra que este autor verificou a formação de uma estrutura agrária nos Campos Gerais e, ao mesmo tempo, entendeu como o imigrante constituiu-se

em elemento de desagregação da elite campeira (BALHANA; MACHADO, 1968).

Ainda que visse, como Rocha Netto, a necessidade de apego às tradições ervateiras e de valorização das características paranaenses, Carneiro, enquanto um intelectual positivista, teceu críticas ao comportamento acomodado adotado pelo catolicismo, em prol do que denominou, conforme Comte, de “evolução social” (CARNEIRO, 1993). Foi em busca das “leis de evolução social” e da “necessidade do conhecimento sistemático da história” que Carneiro materializou seu discurso regional e corporificou a identidade paranaense consolidada por um passado glorioso.

Esse autor produziu intensamente sobre temas regionais que envolveram o papel e a luta paranaense em favor da nação. Exemplos dessa postura podem ser encontrados nas produções que contemplaram a participação do Paraná na Revolução Federalista (CARNEIRO, 1982) e na Guerra do Paraguai (CARNEIRO, 1995). Seus discursos destacaram-se por apresentar a ação dos heróis paranaenses na salvaguarda da honra nacional, e, desse modo, por conferir ao Paraná a necessidade de caminhar para além da sua situação de periferia dos acontecimentos nacionais.

Carneiro, ao enfatizar o ideal identitário e a mitificação do herói regional, traçou um estudo da “psicologia” paranaense, demarcando sua luta incessante contra os chamados “adventícios” (CARNEIRO, 1944), ou seja, aqueles que não haviam nascido em território paranaense.

Enfim, é na distinção e na semelhança dos discursos desses três intelectuais que se pode apreender as delimitações teórico-metodológicas do estudo regional, permeadas por relações de poder na esfera política regional.

Considerações finais

Contrariamente ao ideário de Rocha Netto, que via urgência em evidenciar um mesmo passado aos paranaenses, Pinheiro Machado, ao situar o Paraná no contexto de formação nacional, insere a história regional num quadro que está em conformidade com “múltiplos estímulos em diferentes pontos” (MACHADO, 1963).

Assim, Pinheiro Machado explicita que a formação da “sociedade campeira” no Paraná dito “tradicional” corresponde a

um “misto da herança paulista e convívio com gaúchos”. Exemplo sesmeiro da herança paulista verificava-se na constituição familiar e na formação de uma “classe senhorial” que se sustentava pelo “localismo do poder”. O “convívio” com os gaúchos poderia ser atestado pelo “Sistema de Caminhos”, que se constituía em “ponto de convergência e de sociabilidade” entre as cidades e as fazendas (MACHADO, 1968).

O processo da ocupação de terras no Paraná “moderno” seguiria, segundo Pinheiro Machado, outros “estímulos”: no Norte do estado, a agricultura tropical do café, influência dos cafeicultores paulistas, e, no Sudoeste e Oeste, a criação de suínos e cereais, influência dos migrantes gaúchos.

Enquanto Rocha Netto entendia que os diferenciais regionais levariam à plenitude do conceito de nação ou à “assimilação” da cultura nacional (ROCHA NETTO, 1960), para Pinheiro Machado as “incorporações regionais” (MACHADO, 1930), ou ainda, a “desbrasilidade do sul” (MACHADO, 2001) – trazida especialmente pela figura do imigrante – constituíam-se no diferencial que desmitificava aquele ideário regional que procurava reiteradamente justificar-se pela ótica e por valores essencialmente nacionais.

Já Carneiro irá apoiar-se metodologicamente no sentido de reiteração e buscar no conceito de nação o fundamento do estudo regional, com base em critérios positivistas de mitificação regional.

Embora divergindo, tanto Rocha Netto quanto Pinheiro Machado procuraram abordar questões concernentes à formação histórica e social paranaense. Diferentemente destes intelectuais, Carneiro, ainda que atentasse para a essência dos dados referentes à formação regional – ao eleger episódios e protagonistas de fatos e feitos históricos –, direcionou suas análises para outra dimensão simbólica: o enaltecimento do herói paranaense e da região de seu pertencimento (CARNEIRO, 1982).

Em conformidade com a pesquisa sobre genealogia e classe dominante no Paraná realizada por Oliveira (2001), foi possível detectar o vínculo familiar e a herança cultural recebida por Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro. Ocupando posições sociais privilegiadas, estes intelectuais foram detentores de capitais, orientaram-se pelo espírito de família e operaram aquilo que Bourdieu chama de lógica de manutenção do poder dominante.

Ainda que Rocha Netto tenha correspondido mais acentuadamente ao espírito de família, no que concerne à posse de capital político, os três intelectuais pertenceram a “famílias privilegiadas” na educação, sendo herdeiros de um vasto capital cultural. Foram, portanto, detentores de um capital simbólico e de uma visão legítima, eficazmente reconhecida enquanto uma linguagem de autoridade, demonstrada pela trajetória intelectual e política de Rocha Netto; pela trajetória acadêmica, acentuada pelo rigor científico, de Pinheiro Machado; bem como pela trajetória de Carneiro, evidenciada pela perpetuação do capital econômico e social ervateiro, de acordo com a mitificação da tradição paranaense encontrada em seus escritos.

Enfim, imbuídos de um espírito de família e de uma linguagem de autoridade – fundamentada por uma visão legítima, alicerçada na possibilidade de acesso aos meios discursivos e ao reconhecimento da instituição da palavra – Rocha Netto, Pinheiro Machado e Carneiro estabeleceram as bases referenciais para o estudo regional.

Procurou-se, nessa análise, contribuir para a compreensão de como o efeito simbólico de utilização social das palavras e os usos da linguagem demarcaram os critérios de visão e de di-visão na produção bibliográfica regional paranaense, correspondendo às condições específicas de reprodução e distribuição do capital cultural.

CORDOVA, M. W. Authorized language, cultural capital and family spirit in the regional speech of Paraná. *Perspectivas*, São Paulo, v.40, p.95-119, jul./dez. 2011.

■ **ABSTRACT:** *This work intended to deal with the social formation and historical paranaense speech passed by the identity regional speech and having as objective the analysis of the intellectual productions by Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado and David Carneiro. The theoretical referential that based the sociological approach and delimited the choice of the methodological procedures in the research, took as starting point the relation between the concepts of authority language and spirit of family by Pierre Bourdieu. It was understood that the authorized speech found bases in a reproduction logic and distribution of the inherited cultural capital, having as analysis elements of*

the familiar inheritance of the intellectuals in question and their correlation with the regional political power.

■ **KEYWORDS:** *Inherited cultural capital. Intellectual production. Regional speech.*

Referências

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: Editora da UFPR, 1968.

_____.; WESTPHALEN, C. M. *História do Paraná*. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v.1.

BEGA, M. T. S. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. 2001. 442f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996a.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996b.

_____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, M. C. *Atlas histórico do Paraná*. 2. ed. rev. ampl. Curitiba: Chain, 1986.

CARNEIRO, D. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

_____. *O Paraná e a Revolução Federalista*. 2. ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte; Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

_____. *História psicológica do Paraná*. Edição do Dr. Dicesar Plaisant. Curitiba: Tip. João Haupt, 1944.

_____. (Org.). *Positivismo e humanismo*. Curitiba: Centro Positivista do Paraná, 1993.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORDOVA, M. J. W. *Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional de formação social e histórica paranaense*. 2009. 296f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

IHGPR. *Programma geral do Centro Paranista*. Curitiba: Livraria Mundial, 1927. p.15.

MACHADO, B. P. *Poemas seguidos de dois ensaios*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

_____. Problemática da cidade colonial brasileira. *História: Questões e Debates*, Revista da Associação Paranaense de História – APAH, ano 6, n.10, jun. 1985.

_____. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n.3, p.1-27, jun. 1963.

_____. O desnorteamento da união brasileira. *A Ordem*, Órgão do Centro Dom Vital. Rio de Janeiro, fev. 1930. Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

MANGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MARTINS, R. *História do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Guaíra, [19--].

NEGRÃO, F. *Genealogia paranaense*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926. v.1.

OLIVEIRA, R. C. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ROCHA NETTO, B. M. *O Paraná: ensaios*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

_____. *Tingüís*. Curitiba: [s.e.], 1968.

_____. *Presença do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

_____. A significação do Paraná. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, p.3-12, abr. 1930.

_____. A significação do Paraná. *A Ordem*, Órgão do Centro Dom Vital, Rio de Janeiro, ano X, n.6, abr. 1930.